



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 048

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 048****42ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Ofícios.....	03
Requerimentos .....	03
Projetos de Lei .....	05
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Neivo Beraldin .....	09
Dep. José Maria Ferreira.....	10
Dep. José Domingos Scarpellini ....	11
Dep. Cleiton Kielse.....	12
<b>Grande Expediente:</b>	
Dep. Neivo Beraldin .....	10
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PMDB	
Dep. Cleiton Kielse .....	12
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	14
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	14
3ª Discussão .....	15
2ª Discussão .....	15
1ª Discussão .....	15
Requerimentos .....	16
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>17</b>
<b>Publicações:</b>	
Atas de Comissões	
Redação .....	17

**DIÁRIO Nº 048****42ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2006**

(segunda-feira)

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (43). Achando ausentes os seguintes Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, Miltinho Pupio, Natálio Stica e Nelson Justus (10); e em viagem representativa o Sr. Deputado Reni Pereira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofício***

Sob o nº 252/06, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, o qual trata da extinção e criação de cargos em comissão na Secretaria do Tribunal de Justiça.  
**Ao Conhecimento da Casa.**

#### ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 1129

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 194/06, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007, até o dia 25 de maio de 2006.

Sala das Sessões, em 15.05.06.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1138

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 22 de maio próximo, para ser utilizado pelo Sr. Alceu Claro Chaves, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranguá.

Sala das Sessões, em 15.05.06.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justifica-

tiva de ausência do Deputado Reni Pereira, pois, ausentar-se-á deste plenário nas Sessões dos dias 15 e 16 de maio do corrente ano, tendo em vista que o Parlamentar em questão estará atendendo solicitação do Sindicato Rural de Santa Terezinha de Itaipu para a mobilização junto com sindicatos, Federação da Agricultura do Estado do Paraná e Confederação Nacional da Agricultura, que visam buscar soluções para o endividamento rural e a situação aflitiva em que os produtores se encontram.

Sala das Sessões, em 15.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 07 de maio, do Sr. Carlos Brunetti Filho, no município de Mandirituba, Estado do Paraná.

O Sr. Carlos Brunetti Filho, 85 anos, nasceu em Mandirituba, no dia 15 de dezembro de 1920, morou toda sua vida no município, onde foi comerciante, proprietário de serraria e moinho na localidade de Campestre dos Paulas; atualmente estava aposentado. Pessoa de grande conceito na região, prestou grande colaboração ao município com seu conhecimento, participação e convívio.

Deixa viúva a Sra. Adelina Merlin Brunetti e oito filhos: Maria Luíza, Marilene, Soeli, Rocio, Vera, Antônio Carlos, Luís Henrique e Regina, quinze netos e onze bisnetos.

Pessoa muito querida por todos que o conheciam, deixou muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada no endereço: Avenida Presidente Getúlio Vargas, 285 - Vila Brasília - Mandirituba - CEP: 83.800-000.

Sala das Sessões, em 15.05.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao jornal O Paraná de Cascavel-PR pelos seus trinta anos de notícia, comemorados nesta segunda-feira, dia 15/05/2006.

O Paraná é o jornal mais antigo de circulação ininterrupta da região Oeste, são mais de dezoito mil exemplares diários, e atualmente circula em mais de 78 municípios das regiões Oeste, Sudoeste, Noroeste, Curitiba e algumas outras capitais brasileiras.

Nesse trinta anos o jornal registrou todo o processo de transformação da região Oeste, sendo fiel aos seus leitores.

Sala das Sessões, em 15.05.06.  
(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, da aprovação e envio de votos de congratulações aos funcionários dos setores administrativos e serviços gerais das escolas e colégios estaduais pertencentes ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte, pelo desempenho e dedicação de suas funções como profissionais da Educação.

Tal congratulação é merecida, pois os funcionários das escolas e colégios estaduais, em específico os acima mencionados, desempenham seu papel com amor e dedicação aos nossos alunos, sendo grandes educadores de nossas comunidades escolares, além da eficiência e responsabilidade laborativa em suas respectivas funções.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos homenageados no Núcleo Regional de Educação da Área metropolitana Norte, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Máximo João Koop, 274, Bloco 4, Santa Cândida - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 15.05.06.  
(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações à Academia Roselle de Londrina, que conquistou vaga para o mundial de Taekwondo no Vietnã.

Requer ainda, envio de cópia ao endereço: Av. Presidente Eurico Gaspar Dutra, nº 980 - CEP: 86.015-430 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.06.  
(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 1139

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de congratulações ao eminente médico toledano Dr. José Ivo Alves da Rocha, pela posse como Acadêmico Titular, ocupando a cadeira nº 60 da Academia Paranaense de Medicina.

Requer, outrossim, seja dado ciência ao homenageado, com endereço à Rua Bento Munhoz da Rocha Neto, 1765 - CEP: 85.900-000 - Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.06.  
(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Médico pioneiro da cidade de Toledo. Profissional dos mais competentes, muito dedicado, de caráter íntegro, honrado e médico exemplar, que orgulha toda a classe da região Oeste do Estado e a população e autoridades do município de Toledo.

As congratulações da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao médico e ex-Deputado numa das mais merecidas escolhas para a Cadeira 60 de Eterno Acadêmico Titular.

#### REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, solicitando do Sr. Secretário Emerson Neroni, a inclusão da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Vestuários de Apucarana e região, para inclusão da mesma em programas de geração de emprego e renda do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 15.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Vestuário de Apucarana e região, com sede na cidade de Apucarana, Rua Miguel Simião, nº 812, fundada em 15 de fevereiro de 2006, CNPJ 07.867.234-80, reúne trabalhadores do setor de confecções de roupas profissionais, representando 35 famílias e tendo como Diretora-Presidente a Sra. Rita de Cássia Pereira.

Pleiteia junto a esta Casa e ao Governo Estadual, a inclusão nos programas de geração de emprego e renda, para obter benefícios como verbas e financiamentos a fundo perdido para alavancar seus primeiros passos na busca de mercado para os próprios produtos de seus cooperados. A finalidade social da Coopervest, por si só já justifica o pleito, pois trata-se de uma sociedade composta de empresas de pequeno porte, de estrutura familiar, que tem em comum a busca do crescimento com o esforço do trabalho e da cidadania.

Neste sentido, vimos propor a esta Casa que seja a intermediária deste pleito, encaminhando a documentação e o pedido para contemplar a sociedade cooperativa de dezenas de famílias de Apucarana e região.

#### REQUERIMENTO Nº 1140

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE o envio ao Governador do Estado, da carta

onde a empresa de reciclagem PetSul propõe ao Governo do Estado um projeto para a implementação de uma Usina de Tratamento de Lixo com aterro sanitário, para processar quatro mil toneladas de lixo orgânico, com custos inferiores aos do mercado.

Sala das Sessões, em 15.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto proposto na carta em anexo, objetiva demonstrar a eficiência em implantar uma Usina de Tratamento de Lixo com Aterro Sanitário para processar quatro mil toneladas de lixo orgânico, segregando o lixo reciclável e transformando o orgânico em adubo. Um dos grandes diferenciais do processo é o chorume, que é reaproveitado no sistema, em circuito fechado sem contaminar o nosso rico solo. O projeto é totalmente viável e resolve todos os problemas concernentes aos desafios do lixo, com custos inferiores aos do mercado.

Seja este requerimento encaminhado à autoridade nominada e também ao Sr. Ivan Coelho dos Santos, Rodovia da Uva, 5306; km 7,5 - Barracões 3, 4 e 5 - CEP: 83.401-320 - Colombo-PR.

#### REQUERIMENTO Nº 1142

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve PEDE à egrégia Assembléia seja enviado aos Secretários de Estado da Cultura, da Educação e da Casa Civil, o seguinte pedido, referente à biblioteca da Escola Estadual Professora Maria Gomes Bizerra, do Distrito de Yolanda em Ubatuba/PR, que ora passa pelo processo de reconhecimento do Ensino Médio. Para ser reconhecida necessita de uma biblioteca adequada, que atenda às necessidades dos alunos do Ensino Médio.

Este estabelecimento de ensino merece todo o apoio do Governo e das instituições, pela qualidade do trabalho ali desenvolvido em favor da instrução pública.

Solicita-se:

- à Secretaria de Cultura, através do seu setor de editoração, e à Biblioteca Pública do Paraná, através do seu setor de distribuição, que incluam a biblioteca da Escola Estadual Professora Maria Gomes Bizerra no programa de envio de livros e publicações culturais e paranas;

- à Secretaria de Educação, através do seu setor de literatura, que envie parte dos livros destinados às escolas públicas a esta biblioteca de interior;

- à Imprensa Oficial do Paraná, através do seu setor de edição, que envie as publicações ali impressas.

O endereço é: Escola Estadual Professora Maria Gomes Bizerra - Av. Stélio Machado Loreiro, 290 - Distrito de Yolandas, Ubatuba/PR, CEP: 85.445-000, fone/fax (44) 3545-1145.

Seja este requerimento encaminhado às autoridades nominadas nos seguintes endereços: Secretaria da Educação, Casa Civil, como também à Diretora da

Escola Professora Rosemeire Gomes, no referido endereço.

Sala das Sessões, em 15.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

### *Projetos de Lei*

PROJETO DE LEI Nº 243/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Vladimir Passos de Freitas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.06.

(a) MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

Vladimir Passos de Freitas nasceu no município de São Paulo, capital.

Filho de José Maria de Freitas e Celeste Passos de Freitas, começou seus estudos jurídicos na cidade de Santos, na Faculdade Católica de Direito de Santos, em 1968. Realizou curso de mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, entre os anos de 1991 e 1999.

Foi aprovado em cinco concursos públicos ao longo de sua carreira. Em 1969, foi aprovado para o cargo de Inspetor de Polícia Federal; no ano seguinte ocupou cargo de Promotor de Justiça no Estado do Paraná e no Estado de São Paulo onde ficou até 1980 quando foi aprovado no concurso para Juiz Federal. Como juiz titular trabalhou nas comarcas de Porto Alegre/RS e Curitiba/PR e, por designação, em Florianópolis/SC, São Paulo/SP, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Londrina e Foz do Iguaçu/PR. Destarte, ocupou cargo de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral/MS e Tribunal Regional Eleitoral/PR. E atualmente, ocupa o cargo de Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal 4ª Região, sendo que na gestão 2003/2005 foi o Presidente do referido Tribunal.

Como professor acadêmico lecionou nas disciplinas de Direito Civil e Direito Sócioambiental nas Faculdades de Direito de Curitiba e na PUC/PR, junto ao curso de Mestrado.

Publicou diversos livros, citando alguns como: "Justiça Federal. Histórico e Evolução no Brasil" Ed. Juruá, 2003, "Crimes contra a natureza" Ed. RT. 7ª ed.; "Corregedoria do Poder Judiciário" Ed. RT e "Estatuto do Estrangeiro e opção de nacionalidade" Ed. Millenium. Ministrou mais de uma centena de palestras acerca de vários assuntos, sendo que a maioria tratou de Direito Ambiental. Publicou inúmeros trabalhos desde 1972,

inclusive na Argentina, México, Itália e Estados Unidos da América.

Recebeu várias homenagens, entre elas a medalha da Ordem do Mérito Dom Bosco (TRT - 10ª região - DF., Brasil 31.08.2005); troféu Homenagem Especial, Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente do Estado do Paraná (Curitiba/PR - 28.03.2005); título de Cidadão de Curitiba/PR (Lei Municipal nº 11552 de 25.01.2005).

Por fim, destacou-se por ser o idealizador e coordenador da Semana do Registro Civil em Caraguatatuba/SP (17 a 21.10.1977); Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (1994 a 1996); Diretor Adjunto da Escola Nacional da Magistratura (1999 - 2004); membro da Academia Paulista de Magistrados (2002); membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas (2005).

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 244/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses (Refispar), com o objetivo de tornar viável a regularização de débitos fiscais do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, vencidos até 30 de abril de 2006, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados.

Parágrafo Único. O Refispar será administrado pela Secretaria do Estado da Fazenda, a quem compete baixar as normas necessárias à sua execução.

Art. 2º O ingresso no Refispar dar-se-á por opção de pessoa jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais e que se refere ao artigo 1º.

§ 1º A opção poderá ser formalizada até o dia 30 de setembro de 2006.

§ 2º Os débitos existentes em nome da optante serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no Refispar.

§ 3º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, de mora ou de ofício, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 4º A multa, de mora ou de ofício, será reduzida em oitenta por cento na hipótese de a pessoa jurídica estar com plano de recuperação judicial ou extra-judicial

devidamente deferido ou homologado até 31 de julho de 2006, nos termos da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

§ 5º O débito será consolidado, na data do pedido de ingresso no Refispar, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação do ICMS vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 6º A partir da data da consolidação do débito, fica ele sujeito a todos os acréscimos legais previstos na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, à exceção dos juros vincendos que, da segunda parcela em diante, serão equivalentes à taxa de juros de longo prazo.

§ 7º Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuintes à repartição fazendária decorrentes de infração vinculada a fatos geradores relativos ao ICMS ocorridos até 30 de abril de 2006, dispensadas, no caso, a parcela da multa que incidir sobre a dívida confessada espontaneamente.

Art. 3º O débito consolidado será pago em parcelas mensais e sucessivas, sendo o valor de cada parcela, determinado em função de percentual calculado sobre a receita bruta mensal, de valor equivalente a:

a) três décimos por cento (0,3%), no caso de pessoa jurídica enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

b) seis décimos por cento (0,6%), nos demais casos.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao que resulte da aplicação dos percentuais estabelecidos nas letras **a** e **b** do *caput* sobre a média da receita bruta havida nos últimos trinta e seis meses anteriores ao pedido de enquadramento no Refispar.

§ 2º Nos casos em que a pessoa jurídica estiver em operação há menos de trinta e seis meses, o valor de cada parcela será determinado pela média da receita bruta auferida desde o início de suas atividades até a data do pedido de ingresso no Refispar.

§ 3º A média da receita bruta será atualizada pelo INPC/IBGE a cada período de doze meses contados do pedido de ingresso no Refispar.

§ 4º Em qualquer hipótese, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a cem reais.

Art. 4º A receita bruta das vendas e serviços compreende, para os fins previstos no artigo 3º, o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados, inclusive os não sujeitos à incidência do ICMS, e o resultado auferido nas operações de conta alheia.

Parágrafo Único. Na receita bruta não se incluem as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não-cumulativos cobrados destacadamente do comprador ou contratante dos quais o vendedor dos bens ou o prestador dos serviços seja mero depositário.

Art. 5º O pedido de adesão ao Refispar implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito tributário, com exclusão da parte que o sujeito passivo entender deva ser mantido o contencioso.

§ 1º No caso da regularização de créditos tributários já ajuizados, a adesão fica condicionada ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, os honorários advocatícios serão parcelados nos mesmos prazos e com os mesmos acréscimos vincendos do crédito tributário parcelado, sustando-se o executivo fiscal até a plena quitação do débito ou a inadimplência do sujeito passivo.

§ 3º havendo honorários advocatícios a serem quitados de forma parcelada, o percentual mínimo da receita bruta referido no artigo 3º, para determinação do valor de cada parcela, poderá ser elevado em até cinco por cento.

Art. 6º Implica revogação da adesão ao Refispar a inadimplência, ou o não de pagamento integral das parcelas, por três meses consecutivos.

§ 1º A revogação da adesão importará na exigência do saldo do crédito tributário consolidado.

§ 2º Será concedido bônus de adimplência ao contribuinte que liquidar regularmente e no prazo legal as parcelas do Refispar, equivalente à redução de:

a) vinte por cento no valor da multa contido no saldo do crédito tributário consolidado depois de quitadas vinte e quatro parcelas;

b) quarenta por cento no valor da multa, depois de quitadas quarenta e oito parcelas;

c) sessenta por cento no valor da multa, depois de quitadas setenta e duas parcelas.

§ 3º Para fruição do benefício de redução da multa, o contribuinte deverá cumulativamente estar em dia com suas obrigações correntes relativas ao ICMS.

Art. 7º As multas derivadas de fraude, dolo ou simulação não são passíveis de redução.

Art. 8º O disposto nesta lei não se aplica aos parcelamentos feitos com amparo na Lei nº 14.976, de 28 de dezembro de 2005, salvo se o contribuinte fizer prova da impossibilidade de manter o compromisso assumido.

Art. 9º A pessoa jurídica, durante o período em que estiver incluída no Refispar, poderá amortizar o débito consolidado mediante compensação com créditos acumulados de ICMS, próprios ou de terceiros, homologados ou com homologação requerida junto à Secretaria da Fazenda.

Parágrafo Único. Os valores correspondentes a débitos inscritos em dívida ativa poderão ser amortizados mediante compensação com precatórios requisitórios vencidos do Estado do Paraná.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Cida Borghetti, Ademar Traiano, Barbosa Neto e Antonio Anibelli.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do presente plano de lei é instituir o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses, que irá oferecer ao contribuinte, à luz do princípio programático erigido pela Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005, a oportunidade de ajustar suas contas com o Erário sem desequilibrar o fluxo financeiro dos negócios correntes que realiza, na medida em que para este mister absorve um ínfimo percentual de sua receita bruta.

O Programa pretende ter também o condão de auxiliar na reestruturação das empresas paranaenses em um momento no qual a economia do Estado dá sinais objetivos de dificuldades, oriundas principalmente da queda de renda do agronegócio, sobre o qual ainda se assenta o dinamismo e o potencial de empuxe da renda e do emprego de nossa gente. Ademais, trata-se de evitar que elas submetam ao insidioso processo de transferência de recursos gerados pelo setor produtivo para o segmento financeiro. Com o acerto de contas ora proposto, as empresas que a ele aderirem estarão aptas a, revigoradas e no médio prazo, dar o seu contributo para o desenvolvimento social e econômico do Paraná.

Como um de seus aspectos inovadores, o Refispar outorga a possibilidade de a pessoa jurídica ser beneficiária de um bônus de adimplência, correspondente a uma redução progressiva da multa sobre o saldo devedor do crédito tributário, se mantida, pelos períodos assinalados no projeto, a regularidade no pagamento das parcelas e do imposto devido pelas suas operações correntes.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 245/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Milton Buabssi.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Milton Buabssi, nasceu em 26 de janeiro de 1935, na cidade de São Paulo - capital, filho de Habib Buabssi e Maria Buabssi, casado com a Sra. Anna Maria Buabssi, portador da Carteira de Identidade nº 565.081-

PR e CPF nº 112.223.529-15, empresário aposentado, atuou em diversas atividades político-partidárias, membro da executiva do PMDB de 1998 a 2002. Presidente do PMDB - 1997, Vice-Presidente do PMDB - 1995 e 1996. No período compreendido de 1985 a 1988 foi chefe de Gabinete na Prefeitura de Curitiba - 1985, Presidente da FREI (atual FAS), Coordenador das ações da Prefeitura de Curitiba em conjunto com as Prefeituras da Região Metropolitana, Assessor de Governo do Estado - atuava como ponte entre Assembléia, Câmara Federal, Senado, Prefeituras e Governo - 1986 a 1990. Participou da elaboração da Constituição do Paraná, representando o Governo do Estado, responsável pela implantação, através da Secretaria da Indústria e Comércio pelo Programa da Microempresa, programa pioneiro no Brasil - 1990 a 1995.

À frente da Secretaria Especial de Relações com Comunidade atua como um elo de ligação entre o Governo, Sociedade Civil Organizada e a Comunidade. É o Governo cada vez mais próximo da Comunidade, e a Comunidade cada vez mais próxima do Governo - 2003.

Dentre as principais ações da referida Secretaria, vale a pena destacar o Paraná em Ação, já foram feitos mais de um milhão e setecentos mil atendimentos até a vigésima edição, atendendo todas as regiões do Paraná na agilização e expedição de documentos como: Carteira de Identidade - RG (Instituto de Identificação/SESP), Emissão de Carteira de Identidade; Carteira de Trabalho (Ministério do Trabalho); Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social; CPF - Cadastro de Pessoa Física (Banco do Brasil); Emissão de CPF; Benefícios da Previdência/aposentadoria (INSS); Inscrição, contagem de tempo de serviço, orientação sobre documentos necessários para benefícios e habilitações para benefícios; Registro Civil (ANOREG e IRPEN); Serviço de caráter informativo relacionado a cartórios de registro civil e pessoas naturais; Serviços Judiciários e Extrajudiciários (Notórios e Registradores - TJPR, MPPR, OAB-PR); Alimentos e revisionamento de alimentos; Divórcio consensual com duas testemunhas; Guarda e responsabilidade; Inscrição para casamento coletivo; Reconhecimento e dissolução de união estável; Reconhecimento de paternidade e maternidade; regularização de visitas; Separação judicial, conversão de separação judicial em divórcio; Suprimento de idade para casar; 1ª e 2ª via certidão de nascimento e casamento.

Entendemos que a homenagem que pretendemos seja concedida ao Sr. Milton Buabssi, a quem mantemos respeito e admiração, obedece aos anseios de todos os segmentos da sociedade paranaense, motivo porque apresentamos à consideração desta augusta Assembléia, esta justificativa bem fundamentada, inclusive com todos os dados biográficos do Sr. Milton Buabssi, que desejamos seja transformado efetivamente como mais um filho paranaense.

Estamos certos que todos os Srs. Deputados, colegas da Assembléia Legislativa compreenderão este

modesto e humilde gesto, com a aprovação por unanimidade do título de Cidadão Honorário dos paranaenses ao Sr. Milton Buabssi.

PROJETO DE LEI Nº 246/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado do Paraná ficam obrigados a realizar, gratuitamente, exame de diagnóstico de retinoblastoma em toda as crianças nascidas em suas dependências, através da técnica conhecida como exame de fundo do olho.

§ 1º Após a realização do exame de fundo de olho, a confirmação do tumor deverá ocorrer através de exame de ultra-sonografia.

§ 2º Em hipótese alguma deve ser feita biópsia deste tumor, pois a realização de biópsia poderá disseminá-lo.

Art. 2º O exame a que se refere o artigo anterior será realizado segundo a orientação técnica do pediatra e do oftalmologista responsáveis pela respectiva unidade de saúde.

Art. 3º Os resultados positivos de retinoblastoma em recém-nascidos serão encaminhados para tratamento através de laser, crioterapia, quimioterapia e/ou radioterapia, a critério do oftalmologista, em prazo não superior a 30 (trinta) dias a contar da data do resultado do exame.

Art. 4º As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres que não dispuserem de estrutura para o tratamento a que se refere o artigo anterior, deverão encaminhar os casos positivos à unidade estadual de saúde dotada de capacitação técnica e pessoal adequada.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pelas Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de



modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>1</sup>

O presente projeto dispõe acerca da obrigatoriedade das maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado do Paraná em realizarem, gratuitamente, exame de diagnóstico de retinoblastoma em todas as crianças nascidas em suas dependências, através da técnica conhecida como exame de fundo de olho.

O retinoblastoma trata-se de um câncer que se origina nas células da retina, camada no fundo do olho que recebe a imagem e a transmite para o cérebro, sendo que acomete um em cada quinze mil a vinte mil recém-nascidos.

O exame de retinoblastoma se faz necessário em recém-nascidos na medida em que quando o diagnóstico é feito precocemente a criança pode ser curada, muitas vezes com a preservação da visão. Contudo, se o tumor cresce, pode se espalhar para o cérebro e, pelo sangue, atingir a medula óssea e os ossos. Nesta situação a cura se torna impossível.

O diagnóstico do retinoblastoma é simples, basta um exame de fundo de olho, pelo qual o médico examina o olho após dilatar a pupila com colírio. É um exame que não prejudica em nada o recém-nascido. A confirmação da existência do tumor se dá através de ultra-som, não devendo ser feita biópsia deste tumor, pois poderá disseminá-lo.

Assim, é de extrema importância o exame de retinoblastoma ainda na maternidade, para que assim o recém-nascido seja encaminhado para tratamento, visto que no Estado do Paraná possuímos condições adequadas para o tratamento com laser, crioterapia, quimioterapia e radioterapia.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra, Deputado Neivo Beraldin.

### ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Subo à tribuna na tarde de hoje para fazer constar nos Anais desta Casa um evento muito importante da região metropolitana de Curitiba.

Refiro-me à Caquifest - 29ª Festa do Caqui, realizada no município de Campina Grande do Sul. A Caquifest atraiu, nesse final de semana, sexta-feira, sábado e domingo, em torno de trezentas mil pessoas. Só ontem, Dia das Mães, mais de 150 pessoas presentes. Campina Grande do Sul tem a maior arena coberta da América Latina. Ontem ela se tornou pequena. Além da sua completa lotação havia milhares de pessoas em torno da arena coberta de Campina Grande do Sul.

Um verdadeiro espetáculo de harmonia, onde o apresentador, destacado nome, Marcos Brasil, fazia a narração do rodeio.

A organização da festa simplesmente foi uma organização exemplar. Em torno de oitocentas pessoas trabalhando na Coordenação da Prefeita Delise Dalprac faz do município de Campina Grande do Sul um modelo para acolher as pessoas de Curitiba, da Região Metropolitana, do Paraná e do Brasil.

O que transparece com clareza é que quando se tem organização, determinação e amor naquilo que se faz, as coisas acontecem.

Era mesmo emocionante ver o desfile da bandeira nacional dentro daquela arena, o desfile de tantas autoridades e foi mesmo um dia marcante na história do município de Campina Grande do Sul, porque se registrou a maior festa da sua história. E era também emocionante ver a harmonia entre a Prefeita Delise Dalprac, o Vice-Prefeito Jeferson e a Câmara de Vereadores presidida pelo Vereador Falavinha, harmoniosamente, Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários organizando uma festa histórica, onde a população vibrou tanto.

Sinceramente desejo estender a todos do município de Campina Grande do Sul os mais sinceros votos de congratulações. E também não podemos deixar de registrar o porquê dessa grandiosa festa, porque se comemorava a produção do caqui, produção essa que esse Brasil precisa estender em todas as pontas, porque enquanto não produzirmos, enquanto não pensarmos na industrialização da nossa produção para agregar renda e emprego, evidentemente não teremos o país e o Estado que queremos e que precisamos.

Está aí o contraste em São Paulo e por todo o Brasil, acontecido nesse final de semana, com inúmeras ações de marginais, trazendo a intranquilidade ao povo brasileiro. Isso também é fruto da má notícia estampada diariamente nos jornais, na televisão, reportando, trazendo matérias de corrupção, de ausência de autoridade, de Governo que dá mal exemplo para o país.

Então, enquanto não gerarmos as oportunidades de emprego, renda, enquanto não deixarmos de lado os gastos com publicidade e propaganda, enquanto cada um que ocupar um cargo público não fizer do seu mandato um mandato de amor ao povo mais humilde, mais sofrido, enquanto a verdade não prevalecer, enquanto a mentira

1.STF. Pleno ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

ainda ocupar espaço, certamente não teremos o país que queremos.

Precisamos levantar este país através da produção, através do trabalho...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulta V. Exa. se usará o horário da Liderança do seu partido, ou o Grande Expediente que V. Exa. está inscrito?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Grande Expediente.

## ***Passa a usar o Horário do Grande Expediente***

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Obrigado, Sr. Presidente Hermas Brandão.

Não vou, certamente, ocupar todo o Grande Expediente, mas, como sinto que hoje a Casa está com poucos Deputados, vou até discorrer um pouco mais nessa questão de como eu imagino um Governo de sucesso, por exemplo aqui no Paraná. Somos os maiores produtores agrícolas deste país, temos aqui diversas regiões e cada uma com a sua vocação regional. Estamos assistindo às multinacionais carregando os nossos grãos, a nossa produção de algodão, de rami, enfim, de várias áreas agrícolas, levando embora para o Japão, para a China, para a Europa a nossa matéria-prima para que lá se agregue renda e se agregue emprego. Enquanto não se prepara um plano de Governo para atender a essas vocações regionais, evidentemente vamos assistir essa desordem; enquanto não entendermos que o que é bom para o litoral pode não ser bom para o Norte Pioneiro, ou para o Norte, ou para o Nordeste, ou para o Oeste, ou para região Central, região Centro-Sul, a região Sul, a região Sudoeste, o Vale da Ribeira, cada uma dessas regiões tem as suas vocações e seu clima bem estabelecido no nosso Estado, Deputado José Maria Ferreira.

Então, penso assim: vamos mudar o Paraná o dia em que fornecermos qualificação profissional para agregar renda e emprego da nossa produção. Porque se a colheita está aqui, a industrialização também deve estar, o consumo também, para evitar o custo do transporte, e para fazer com que a nossa gente permaneça no campo, e evidentemente não inchando cada vez mais as grandes cidades que crescem até mesmo de forma desordenada.

Tenho dito há muito tempo, a nossa Região Metropolitana de Curitiba precisa de um ordenamento de crescimento econômico. Não é possível que as regiões que tenham impedimento de crescimento por lei federal, estadual ou municipal não tenham, por parte do Governo, tratamento especial.

É muito simples dar uma isenção às empresas chamadas empresas limpas, para que gerem empregos mais perto do cidadão desses municípios já contemplados pela Lei de ICMS Ecológico. Dar uma isenção de dez anos para que a empresa se desloque dos grandes centros urbanos e gerar emprego mais perto do cidadão, tendo em vista que o transporte coletivo, além de oneroso, é estressante. As pessoas para ir e voltar do trabalho consomem até três horas do seu dia, aumentando o seu estresse e a sua depressão.

Vamos transformar em um Estado mais harmonioso, mais alegre, mais feliz, quando conseguirmos oferecer oportunidades de trabalho às pessoas. Porque a esmola o cidadão não quer. Imaginem um pai de família dizendo aos seus filhos que tem que aceitar a doação, porque não tem emprego, não tem qualificação.

Quero dizer mais uma vez que isso é fruto do desgoverno. É fruto da má notícia. Tempo que virar o jogo, que a boa notícia tome espaço neste país.

É hora de os governantes, de todos os poderes constituídos e todos os homens públicos deste país estarem cientes que cada um tem uma parcela de responsabilidade pelo momento que vivemos.

Não podemos permitir, devemos inverter esse jogo. Não podemos permitir que o mal vença o bem!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

## ***Deputado José Maria Ferreira (PMDB)***

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente a fala do Deputado Neivo Beraldin sobre a sua participação em uma festa em Campina Grande do Sul, que era justamente para ovacionar a produção.

Hoje, subo à tribuna para falar do problema que estão enfrentando os nossos agricultores do Paraná e do Brasil.

Mesmo produzindo com competência, aplicando a terra com eficiência, fazendo rotação de solo, água e cultura, ainda estamos a viver um momento de incerteza na nossa agricultura.

A agricultura brasileira, no atual momento, é uma atividade que, se projetada para o futuro, é uma atividade em extinção pela ausência de uma política agrícola que, efetivamente, defenda o agricultor; pela ausência da seriedade que o Governo deixa de ter quando estabelece preços mínimos para cultura e não os honra; pelas dificuldades de infra-estrutura no escoamento da produção; pela falta de controle do custo dos insumos de produção, em que não há um acompanhamento por parte do Ministério de Desenvolvimento Econômico e, também, do Ministério da Agricultura, que criam verdadeiros

espaços de descompensação entre o valor do produto da agricultura e os insumos, aliado a uma política, às vezes, “burra” de importação, exatamente no momento em que estamos colocando no mercado, produtos oriundos de solo brasileiro.

Hoje, os agricultores da região Norte, minha cara Cida Borghetti, estão recebendo dos sindicatos, lideranças, estão notificados pela Polícia Rodoviária, responsabilizando-os pelas possíveis dificuldades que terão amanhã, porque todo agronegócio brasileiro convocou para o dia de amanhã um protesto paralisando algumas atividades de transporte; algumas rodovias; algumas ferrovias e permitindo que, em algumas situações, apenas o transporte de carga perecível, questões de saúde e, de hora em hora, a liberação de veículos pequenos. Deve estar retido nas barreiras, amanhã, a partir das 7h00 todo caminhão que transportar produto não-perecível oriundo da agricultura e todo veículo que transportar combustível.

É uma situação extrema que o agricultor brasileiro encontrou para poder ser ouvido; poder sensibilizar as autoridades. No final da semana, o Governo Central trouxe a notícia, a “MP do bem” liberando um bilhão de reais para as produtores de soja. Entretanto, ele paga R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) a saca ou até R\$ 6,00 (seis reais), mas isso não socorre em nada a situação nossa do Estado do Paraná (de Londrina, de Ibiporã, de Cornélio Procopio, de Umuarama, de Apucarana) porque já estamos acima desse valor.

Estamos em um processo de paralisação que vamos apenas para o confronto, não na busca de soluções, porque ela não está sendo possível com o rebaixamento, o achatamento do valor da saca de soja (no Norte do Mato Grosso é vendida a R\$ 11,00, R\$ 12,00, R\$ 13,00 a saca), nem sequer cobrindo os custos de produção, Deputado Nelson Garcia.

Então, há uma cultura que há bem poucos dias louvava-se em glórias de estar permitindo superávits expressivos na balança de pagamento e hoje, sequer essa cultura, esses produtores, essa parcela da economia brasileira é olhada. É por esta razão que o Deputado Neivo Beraldin dizia aqui das dificuldades das grandes cidades.

No jornal da sua terra, Deputado Scarpellini, a Tribuna do Norte estampou “a gang dos manos”. Mostra que a sociedade já está começando a temer os seus jovens. Aquilo que era esperança, futuro, aquilo que era o amanhã, hoje estamos começando a temê-los. Por quê? Por políticas desencontradas. Políticas burras, políticas que não tiveram o senso de olhar o cidadão e a sua inserção na sociedade.

É por isto, Sr. Presidente, que amanhã não nos faremos presentes na Assembléia Legislativa, como tenho certeza tantos outros Parlamentares, para acompanhar e emprestar o nosso apoio aos agricultores do Estado do Paraná e em especial da nossa região.

Agradeço pelo tempo, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Com a palavra, Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estava ouvindo as palavras do Deputado Neivo Beraldin, logo em seguida, no mesmo tom e abordando assuntos relativamente diferentes, mas que se convergem em função da questão social que tratou o Deputado José Maria Ferreira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma crise que está implantada em todo o território nacional. Ela vai do comércio, da indústria, da agricultura; está no campo, na cidade, afeta jovens, afeta os velhos. É uma crise que me parece nunca vista antes. Temos algumas coisas passageiras, mas esta me parece uma crise que veio para ficar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, começamos a visitar as cadeias, os presídios, as casas de custódia como gostam de chamar alguns Delegados que gostam dos termos técnicos. E começamos a encontrar, dentro das cadeias, uma população quase que majoritária de residentes que vão até a casa dos 25, 26 anos. Chegar a assustar. 80% das nossas cadeias estão habitadas por jovens com menos de trinta anos. Jovens que, certamente, não encontraram oportunidade nenhuma na vida. Tiveram as portas do trabalho, da educação e da edificação de um lar, fechadas, e aí partiram para a criminalidade. E hoje, vemos as cadeias lotadas de jovens e as rebeliões tomando conta, quer no Estado de São Paulo, quer aqui no Paraná.

Alertávamos o Sr. Governador do Estado, no começo do ano passado, sobre as questões das superpopulações das cadeias. Em Paranaguá tinha lugar para vinte presos, no entanto, estavam recolhidos aos cárceres, à masmorra, 210, em lugar que caberia vinte. Não se entende como cabem dois corpos no mesmo espaço, mas isso estava e ainda está acontecendo.

Vimos, agora, a rebelião, em Foz, Marechal Rondon, Cascavel, Campo Mourão, aqui no Paraná, nas cadeias super lotadas que não foram ampliadas e nem novas unidades foram construídas, pelo atual Governo que fechou os olhos ao problema e deixou isso de lado como se não existisse.

Estamos vendo o grito da agricultura, - que é muito fácil de se entender o porquê de a agricultura estar gritando. Há três anos atrás, Deputado Dobrandino, vendia-se uma saca de milho e se comprava 15 litros de óleo diesel. Hoje, vende-se uma saca e se compra seis litros. Os insumos altamente taxados pelas multinacionais. Tudo aquilo que se aplica na agricultura, com correções astronômicas e o preço do produto do agricultor, tudo aquilo que é produzido é feito uma contabilidade regressiva,

para que o agricultor, a cada minuto e a cada dia, tome mais prejuízo. Essa falência da agricultura é que está a cada dia mais inchando as nossas cidades e colocando milhares de jovens no confronto das periferias e depois indo habitar as penitenciárias e as cadeias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

(**Declina**)

Concedo a palavra ao Deputado Cleiton Kielse

## ***Deputado Cleiton Kielse (PMDB)***

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Gostaria de estar nesta tribuna, primeiro, para agradecer ao Governo Federal, agradecer as atitudes do Ministro da Agricultura e agradecer as atitudes do Presidente Lula, que pudesse estar fazendo em torno do projeto que temos para a agricultura do país. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, tenho que trazer uma saca de milho em cima do plenário, para mostrar, como muito bem mostrou o meu irmão Scarpellini, e como muito bem falou o nosso amigo Zé Maria, para fazer um comparativo muito rápido.

Uma saca de milho era um produto muito valorizado, Deputado Scarpellini, nos momentos em que respeitávamos a agricultura. Onde, Deputado Ailton, em um comparativo rápido, há três anos atrás, com dezoito ou vinte sacas pagávamos um salário mínimo. Hoje precisamos de quarenta e três, quarenta e quatro sacas para pagar um salário mínimo. O agricultor que sonhava no mínimo em ter o respeito do Banco Central, do Governo Federal e do Ministério da Agricultura, agricultores de cinco gerações, como tivemos ontem em Mauá da Serra, Faxinal, em Borrazópolis, uma região extremamente produtiva, em que muita gente sonhava no “El Dorado” do Paraná. Pessoas que construíram durante tanto tempo e com dificuldades não só um patrimônio, mas vi ontem, as lágrimas de um senhor de mais de oitenta anos de idade, que ainda não se suicidou porque tem filhos e netos, com o respeito da própria vida, mas que por ele, pela dificuldade que está tendo neste momento, pela vergonha e descaso do Ministro da Agricultura, que depois de oito meses foram liberados os recursos da questão da aftosa. Oito meses para indenizar os pecuaristas! Oito meses que o preço do gado caiu de R\$ 64,00 para R\$ 40,00 a arroba. Oito meses com demissões permanentes no campo, oito meses que, como produtor rural que sou também, estou pagando para trabalhar e estou vendo nossos funcionários desesperados, sabendo que uma hora também não vou poder agüentá-los na nossa propriedade. E qual é a solução disso?

É o Banco do Brasil colocar uma regra esta semana de entrar nas contas dos agricultores e adjudicar o dinheiro dos agricultores. Estão entrando nas contas dos

nossos produtores e qualquer dinheiro que entre de qualquer área, está sendo adjudicado pelo Banco do Brasil. Estão executando os agricultores, mostrando o desrespeito desse Governo. Infeliz esse Governo, que não sei se o Presidente da República sabe o que está fazendo, mas ele poderia realmente olhar um pouco esses agricultores que estão tentando produzir, tentando segurar as suas famílias e o desespero será mostrado amanhã - temos mais de oito mil tratores hoje nas ferrovias, tiraram na Justiça quase duzentos, mas amanhã vão entrar mais dois mil, porque não tem um agricultor que tenha financiamento e que não esteja devendo a conta e mais 50%.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB***

Esse projeto que apresentamos agora, para que o Governo Federal tenha respeito com os produtores, para que olhe esses produtores que fizeram do Paraná o maior produtor de grãos em certa época e que infelizmente não temos a vergonha de dizer que estamos rasgando dinheiro para trabalhar na agricultura, mas temos vergonha de dizer que amanhã a frustração com a safra agrícola, no sentido que é o único tipo de produto que tem hoje a condição de dizer que depende exclusivamente do tempo, que depende do Banco Central, depende do Ministério da Agricultura, mas que sabe o agricultor que ninguém vai ficar parado. As invasões dos presídios estão sendo feitas, as tomadas estão sendo feitas pelos bandidos, mas o produtor não é bandido, minha gente! O produtor não pode ficar esperando para perder a sua propriedade, para ser espoliado pelo Governo, porque o preço que estão estipulando nesta safra com um custo do R\$ 15,00 a saca, sequer vai chegar a 25% das dívidas, se eles venderem na integralidade.

Mas, pior, Deputado Padre Paulo, o Banco está indo às cooperativas e ameaçando-as, dizendo que o dinheiro que entrar por venda a qualquer multinacional, Deputado Ratinho, a qualquer empresa que vai exportar o produto com uma parte substancial de valores, também terá autorização judicial - meu amigo, Deputado Leite, que em Paranaguá já estão sentindo o resultado disso sobre o aspecto das exportações - também será espoliado ou será adjudicado pelo Governo ou pelo Banco do Brasil! E qual é a nossa proposta que tem que ser levada pela Comissão de Agricultura da Assembléia, pelo nosso Secretário da Agricultura, pelo Governador Roberto Requião? É a que nós temos, no mínimo, a equivalência - produto nesta safra. Verificar, Deputado Dobrandino, quanto foi emprestado em equivalência - produto e fazer como tínhamos no Programa Panela Cheia, porque o agricultor não agüenta mais.

Vimos o Deputado Neivo Beraldin falando de Campina Grande. Estávamos ontem vendo a festa de Campina, mas é uma festa circunstanciada por vários aspectos de infra-estrutura aplicada naquele momento, mas o próprio produtor que está hoje tendo a iminência

da demissão de mais de cem mil funcionários no Estado do Paraná. Estou falando de cem mil funcionários! Uma redução de 30% a 50% da produção para o ano que vem, que é um assunto tão delicado, Deputada Elza, que a região de Londrina, uma das maiores produtoras de grãos do país, está sentindo agora.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

V. Exa, Deputado Cleiton, como outros já fizeram, traz aqui uma questão importantíssima e delicada, que é quebradeira que os agricultores, os nossos produtores, o comércio em geral, é mais em função dessa taxa cambial, eu imagino. Mas, para completar o seu pronunciamento, diria que enquanto os agricultores estão quebrando, dificuldade por esses governos afora, todos os bancos, os banqueiros, donos de banco, nunca ganharam tanto em cima da miséria e da dificuldade do povo brasileiro. Olha, é indecente, é imoral, esse lucro absurdo do Bradesco, do Itaú e até do Unibanco, que é um Banco menor, mas vimos anunciado esta semana o lucro de quase meio bilhão de reais em trimestre. Imagine quanto vão lucrar os bancos este ano! É claro que falta dinheiro. Aí o produto tem que ser de graça, porque o lucro disso vai todos para os banqueiros.

#### **O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)**

Deputado Dobrandino, falamos com a Central do Banco do Brasil, em Brasília. O Banco do Brasil teve um lucro de quatro bilhões de reais. Quem poderia sonhar com isso, os lucros maiores da história dos bancos em cima do pequenos, do povo sofrido, e dizendo que está tudo bem, está tudo certo e que não há problema?

O Brasil inteiro está endividado! Duvido alguém aqui na Assembléia que não tenha um financiamento, uma dívida! Duvido um jornalista que não tenha! Duvido um Deputado que não tenha! Duvido que alguém da sociedade comum não esteja no desespero! Onde, quatro bilhões só no Banco do Brasil. Trinta e cinco bilhões em seis bancos. É uma soma que nunca antes se viu neste país. E os produtos que estamos requisitando, que são seis produtos, que não são só a soja, o trigo, o milho, mas também outros cereais que fazem parte da cesta básica, que tenham neste momento, onde neste manifesto, Deputado Iensen, queremos a garantia de preço mínimo da produção imediata, não daqui a seis meses, porque o agricultor já morreu; implementação do seguro rural; renegociação da dívida com prazo e carência para o pagamento do FAP; suspensão das ações judiciais, que neste momento são mais de quinhentas, Deputado Luiz Accorsi. Na nossa região de Maringá, de Paranavaí, Umuarama, sendo executadas, onde os agricultores não têm dinheiro nem para se defender. Acho que esse grito da terra, que ao mesmo tempo faz com que a gente traga e mostre o que o agricultor vai sentir daqui para frente, ele não vai querer ver este saco de milho aqui apenas sendo

como produto da sua própria lavoura, querer, sim, Sr. Presidente, ver o quando dói jogar a produção do Brasil no lixo, minha gente - é isto que o Banco do Brasil está fazendo, é isto que o Ministério e o Ministro irresponsável da Agricultura está fazendo - ou eles têm respeito com o povo brasileiro, levantam esta bandeira, levantam em direção do produtor, levantam em respeito às gerações que estão se perdendo, levantam em respeito à nossa terra!

#### **A Sra. Elza Correia (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

##### **(Assentimento)**

Gostaria de me solidarizar à sua manifestação, Sr. Presidente, de forma empolgada, emocionada, porque realmente é este o grito que a gente ouve em todos os recantos, não só do nosso Estado, mas do nosso país. Participei de alguns eventos, comandados pelo Deputado José Maria, com agricultores da nossa região, do Norte do Paraná, Norte Velho, e realmente a situação está acima do insuportável. Muitas famílias, principalmente o pequeno e o médio produtor, perderam absolutamente a confiança da possibilidade de uma vida digna para seus filhos. Muitos jovens saindo do campo, indo para o Japão, para outros países, famílias sendo desmembradas, equipamentos entregues no Banco do Brasil, estrangulamento absoluto, não só da economia, mas fundamentalmente das famílias do campo.

Então, acho que é hora, realmente, de entrar para o debate nesta Casa esta questão, porque sabemos que todos perdemos, não só os agricultores, os produtores rurais, mas a população como um todo, porque conforme já foi colocado, é este modelo econômico permanentemente definido, ele tem sido muito bom, realmente, para os banqueiros, mas para os produtores, micro, pequenos, médios e grandes produtores a situação, de fato, está insustentável. A continuar assim com este descaso e com esta insistência em voltar as costas para esta questão, teremos maiores e mais graves problemas aí pela frente.

Parabéns pela sua manifestação.

#### **O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)**

Deputada Elza, concluindo este raciocínio, como a senhora tem, uma Deputada extremamente sensível... (término do tempo)...

##### **(Presidente Hermas Brandão concede mais um minuto para concluir)**

Concluindo, que não temos mais tempo. O tempo já se foi. Os produtores nada mais têm a fazer. O desespero vai ser mostrado amanhã. Deputados estaduais, unidos com o Deputado Federal que encabeça em Brasília também este passo, com todos os nossos Deputados Federais, trinta do Paraná, tenho certeza, é um hino só: se o governo federal não aportar neste momento para que o governo compre e faça como está dizendo, que graças a Deus chegou a 50 milhões de cartões para os miseráveis, acho isto uma pouca vergonha - não queríamos ter

nenhum cartão desses no Brasil, mas quanto mais cartões da miséria se entregam, mais o governo comemora - escravidão política, isto não pode existir - escravidão psicológica, moral e econômica, isto sim, é uma escravidão que mata o povo, mas não o nosso povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
(**Chamamento da liderança de todos os Partidos**)  
(**Todos declinaram**)

### *Ordem do Dia:*

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 43 Srs. Deputados.

### *Leitura do Expediente*

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1135, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência em plenário do Deputado Reni Pereira, nos dias 15 e 16 do corrente ano que atendendo solicitação do Sindicato Rural de Santa Terezinha do Itaipu para mobilização junto com os sindicatos, Federação de Agricultura do Estado do Paraná e Confederação Nacional da Agricultura, que visam buscar soluções para o endividamento rural e a situação aflitiva em que os produtores se encontram. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### *Discussão/Votação*

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### *Redação Final*

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 384/04, de autoria do Deputado Reni Pereira, que introduz alteração na Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o

Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB.

### REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 384/04 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica acrescentado o inciso VII ao artigo 4º, da Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:

“VII - as microempresas e as empresas de pequeno porte, como tal definidas pela legislação estadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS”.

Art. 2º Anualmente, até o último dia do ano fiscal o Poder Executivo, ouvido o Comando do Corpo de Bombeiros, emitirá decreto estipulando as condições de pagamento das taxas previstas na presente lei, conforme as disposições previstas nos incisos abaixo. Ficando a critério do contribuinte a opção pela forma de pagamento:

I - desconto de 5% a 10% para pagamento à vista;

II - parcelamento de 3 (três) até seis (seis) vezes.

Parágrafo único. As microempresas e as empresas de pequeno porte, como tal definidas pela legislação estadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, poderão ainda ter um desconto de até 10% sobre a taxa para o pagamento parcelado, conforme disposições do decreto do Poder Executivo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

Sala das Comissões, em 15.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relator

O nobre Deputado não está presente, portanto está retirado da Ordem do Dia.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, para agradecer à presença da Prefeita de Jacarezinho, Tina, Prefeita do PT que está nos visitando com sua assessora Angélica. Queríamos desejar boas-vindas à Prefeita e à sua assessoria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 198/06, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declarando de Utili-

dade Pública o Recanto Paula Carolina Cerci Patrulheiros Mirins, com sede e foro no município de Umuarama. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 033/06, de 19/04/06).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 199/06, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declarando de Utilidade Pública a Associação São Pio X, com sede e foro no município de Umuarama. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 033/06, de 19/04/06).**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 217/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declarando de Utilidade Pública a Associação Procopense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 037/06, de 26/04/06).**

Como o autor do projeto não está presente, está retirado da Ordem do Dia.

### 3ª Discussão

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/05, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, alterando dispositivo da Lei nº 11.097/65 - Brinquedos de Arma de Fogo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Solidárias do Jardim Interlagos e Adjacências, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

Como o autor do projeto não está presente, está retirado da Ordem do Dia.

### 2ª Discussão

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 009/06

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O objeto da presente análise é a emenda aditiva apresentada ao projeto de lei já conferido de parecer favorável nesta Comissão.

A emenda aditiva ora analisada apresentada nos parâmetros regimentais desta Casa Legislativa, tem como escopo a adequação do projeto de lei originário à Lei Complementar nº 95/98, que regula a técnica legislativa.

#### Constitucionalidade e Legalidade

Assim dispõe a Lei de Técnica Legislativa, no que tange a cláusula de vigência:

*Art. 3º A lei será estrutura em três partes básicas:*

*I - parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;*

*II - parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;*

*III - parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber (grifo nosso).*

Portanto, resta clara a necessidade de cláusula de vigência a todo e qualquer projeto de lei para que este possa prosperar no processo legislativo;

Nesse diapasão, opinamos, pela aprovação da emenda ora proposta.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Duílio Genari, Nelson Justus, Carlos Simões, Reni Pereira, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter e José Maria Ferreira.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Aprovada a emenda.

### 1ª Discussão

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/06, objetivando instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada "Piso Social Complementar". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/06, de 03/05/06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 230/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 033/06, objetiva instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada “Piso Social Complementar”.

**Fundamentação**

A proposição está conforme com os ditames do inciso I, do artigo 66, da Constituição Estadual, que diz que é a iniciativa privativa do Sr. Governador dispor sobre “a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração”.

Justifica, também, o Sr. Governador, que o plano de lei é necessário e oportuno, pois ele estará complementando concessão anterior feita pela Lei nº 14.161, de 24 de outubro de 2003 e beneficiando os servidores públicos de remuneração de pequena monta, significando maior expressão e justiça na concessão do benefício proposto na mensagem governamental.

**Conclusão**

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 230/06, apresentando parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 230/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 033/06, tem o objetivo de instituir parcela complementar de remuneração ao funcionalismo público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada “Piso Social Complementar”.

**Voto do Relator e Fundamentação**

O presente projeto de lei estará complementando concessão anterior feita pela Lei nº 14.161/03 e beneficiando os servidores públicos de remuneração de pequena monta, fazendo justiça na concessão do benefício.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 230/06, de iniciativa do Poder Executivo no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 10.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só para registrar a presença do Prefeito Kusten, em meu nome e da Deputada Cida Borghetti.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Fica registrada a presença do ilustre Prefeito.

**Requerimentos**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1122, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins e Barbosa Neto, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1123, de autoria do Deputado Ratinho Júnior com apoio dos Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Chico Noroeste, Ailton Araújo, Elio Rusch e Barbosa Neto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1128, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1129 e 1133, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1130, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1134, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1137, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1138, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Não Recebido.**

Requerimento nº 1139, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1140 e 1142, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Gostaria de registrar a presença do Presidente do Sindicato das Indústrias de Mandioca do Paraná, o ex-Prefeito de Araruna, Hermes Campos Teixeira e também Presidente do Sindicato, que fazem uma manifestação paralela com mais de cem mil pessoas que dependem da mandiocultura.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Apenas para comunicar à Casa que amanhã às 10 horas da manhã, a Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia volta a se reunir no plenarinho desta Casa.

Na oportunidade, vamos ouvir o Procurador-Geral do Estado e também o Procurador de Justiça.



O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto V. Exa. quando será ouvida a Secretária de Habitação?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

A Secretária de Habitação está programada para a semana que vem. Vamos deliberar na Comissão amanhã para terça-feira que vem, tendo em vista a grande inquietação dos Srs. Deputados da Casa. Amanhã esta Presidência vai colocar em votação na Comissão de Fiscalização e na próxima terça-feira vamos ouvir a Secretária da Habitação.

Gostaria de colocar a V. Exa. uma questão de que estamos elaborando um relatório, já tivemos quatro audiências, tivemos a presença do ex-Secretário da Fazenda e ex-Presidente da Copel. E amanhã, em fase final, vamos ouvir o Procurador Sérgio Botto e aí vamos elaborar uma análise da situação. E vamos submeter à Presidência desta Casa.

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16 de maio, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 115/05 (Proposta de Emenda Constitucional)

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 384/04; 164 e 217/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 009 e 181/06.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 323, 636, 722, 747/05 e 018/06.

Quero informar aos Srs. Parlamentares que amanhã, no Pequeno Expediente, teremos uma homenagem aos 80 anos do Instituto Estadual de Engenharia. E no Horário do Grande Expediente teremos a presença do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, para sancionar o Projeto do Salário Mínimo Social, no Paraná.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Atas de Comissões***

#### ***Redação***

##### **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 800 e 801/05; 01, 198, 199 e 217/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

##### **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 384/04 e 164/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

